



Sionismo e Tikkun Olam

(Joel K. Greenberg, Tablet Magazine, 18.12)

Há 20 anos o rabino da minha congregação convidou palestrantes judeus que defendiam a aplicação do BDS-Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel. Apesar de minhas ponderações o evento foi realizado.

Nas últimas semanas os judeus americanos tiveram um rude despertar. Assistiram aos presidentes das universidades de Harvard, Pensilvania, e MIT, ao depor ante o Congresso, se recusarem a dizer que as manifestações a favor do genocídio dos judeus violavam o código de conduta que das universidades. Vale dizer, a próxima geração de líderes está sendo educada para o antissemitismo.

Há muitas pessoas e fatores envolvidos, inclusive o surgimento da interseccionalidade (*a união dos oprimidos, inclusive muçulmanos, contra os brancos opressores, inclusive os judeus*) e da descolonização no meio acadêmico, o domínio do “woke” na mídia, nas artes e na cultura e a infusão de doações de países estrangeiros (*notadamente o Catar*), alguns deles com ligações com grupos terroristas, para todo tipo de organizações americanas, entre elas as universidades.

Os rabinos e organizações judaicas que permaneceram silenciosos e, na pior das hipóteses, deram uma plataforma para pessoas pregando a destruição de Israel, também têm parte da responsabilidade pela atual explosão do antissemitismo. Assim como os que se recusaram a reconhecer o antissionismo como antissemitismo e se associaram a grupos como Black Lives Matter, que desde seu surgimento perpetuaram a falsidade de que Israel é um estado de apartheid. Outros, como o J. Street (judeus) consistentemente defenderam o movimento BDS e agora demandam que Israel mude sua conduta na guerra contra o Hamas.

Jovens estão se alinhando ao Hamas e até estudantes judeus estão comparando os seus ataques mortíferos aos combatentes do Gueto de Varsóvia. Sobreviventes do Holocausto, cujos algozes eu ajudei a perseguir, viveram para ver até os seus próprios descendentes tuitar propaganda do Hamas contra Israel. Estão tão ansiosos de parecer corretos e progressistas que apoiam os que buscam a sua eliminação.

Aqueles rabinos e líderes judeus que promoveram isso precisam assumir a responsabilidade por seus erros de julgamento e mudar de orientação – com convicção e com princípios. Não podemos nos dar ao luxo de cometer o mesmo erro novamente.



(Nota da Redação: O autor, um antigo promotor de Investigações Especiais do Departamento de Justiça dos EUA, onde perseguiu criminosos nazistas, manifestou o mesmo sentimento de frustração de tantos israelenses que se dedicaram a pregar uma política de reconhecimento do direito palestino a um estado nacional e à busca de uma verdadeira cooperação e amizade com o povo palestino. Alguns deles, de convicções socialistas, viviam nos kibutzim vizinhos a Gaza, ajudavam os seus habitantes e foram vítimas do 7 de outubro.

Nada disso invalida a perene tradição judaica de buscar a justiça para todos (tikkun olam) e de preservar a liberdade de opinião, seja em temas religiosos, políticos ou outros. A mente aberta à reflexão crítica, ao diálogo e à divergência são uma marca dessa coletividade e provavelmente uma das explicações para os grandes feitos de seus integrantes nas ciências, artes, economia, medicina, política e outros ramos da atividade humana.

Sempre houve essa tensão entre o impulso judaico pelo bem da humanidade, que levou parte de suas gerações ao socialismo e comunismo, outros a defender o nacionalismo nos países em que viviam, enquanto outros optavam pelo bem, pela redenção, por meio da religião, da família e do apoio às atividades de seus yshuvim (comunidades).

O sionismo, inicialmente um sonho minoritário, acabou por se impor diante das discriminações e pogroms na Europa Oriental, da inconcebível tragédia do Holocausto e, posteriormente, das perseguições e expulsões dos judeus no mundo árabe. O notável sucesso de Israel e as décadas em que a “questão palestina” permanecia insolúvel, difundiu a convicção, sobretudo entre a diáspora, de que cabia aos israelenses ao menos parte da responsabilidade pelo problema, enquanto a questão do ódio visceral, de fundo religioso e político dos árabes e palestinos contra os judeus, com sua consequência de permanentes guerras e atentados terroristas, foi-se deslocando para um plano de inferior importância.

A propaganda palestina, aliada globalmente à das esquerdas desde a época soviética, turbinada nas últimas duas ou três décadas pela aceitação do princípio da simplificação dos conflitos de todo tipo no binômio “opressor-oprimido”, colocou Israel (e os judeus) na categoria de brancos privilegiados e, portanto, opressores, racistas e colonizadores. Não seria a primeira vez na história em que se atribuem aos judeus características aplicáveis aos verdadeiros poderosos e culpados deste mundo.

Que uma parcela dos judeus, principalmente aqueles vivendo nos países desenvolvidos, compartilhem das ideias influentes ou prevalecentes no seu meio é compreensível e não é criticável que continuem convencidos dessa variante de “tikkun olam” em favor dos palestinos, sendo que muitos, senão a maioria, acabarão por identificar corretamente os limites entre o “interesse do mundo” e a preservação da segurança de Israel e dos seus habitantes judeus).



Acordos de Abraão resistem à guerra com o Hamas

(Scroll, 13.11; Times of Israel, 11.11; Aryeh Tapper, White Rose Magazine, 25.12)

Em reuniões da Liga Árabe e da Organização da Cooperação Islâmica realizadas em Riad, a Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Mauritânia e Djibuti e os países árabes que integram os Acordos de Abraão – UEA, Bahrein, Marrocos e Sudão – bloquearam as propostas de medidas concretas anti-israelenses. O encontro concluiu apenas com uma resolução que condenava a “agressão israelense” e os “crimes de guerra” em Gaza e anunciou desideratos que não poderia executar: que a ONU implementasse um cessar fogo e a comunidade internacional bloqueasse vendas de armas a Israel.

Por outro lado, foram rejeitas as propostas de efeitos práticos ou contundentes propostos pelos anti-israelenses: impedir a transferência de armas das bases americanas na região a Israel, suspender todos os contatos diplomáticos e econômicos com o país, interromper o tráfego aéreo nos espaços aéreos do Golfo, cortar vendas de petróleo aos EUA e enviar uma delegação conjunta aos EUA, Europa e Rússia para pressionar por um cessar fogo.

Igualmente rejeitadas foram as propostas iranianas de designar as Forças de Defesa de Israel como uma “organização terrorista” e de apoiar a “eliminação de Israel”. Em vez disso, foi aprovada uma declaração em favor da solução dos dois estados baseada nas fronteiras de 1967.

Aryeh Tepper, da Federação Sefardi Americana, comentou que no mundo islâmico há regimes tolerantes, voltados ao futuro, que se opõem aos islamistas, assim como acadêmicos e clérigos que querem um futuro pluralista para o Oriente Médio, o que inclui a paz com Israel e por isso aderiram em 2020 aos Acordos de Abraão. Assim não se deve permitir que o Hamas apareça como vitorioso porque isso inspiraria islamistas ao redor do mundo e atrairia novos recrutas para a sua causa.

(N. da R.: Os governos dos países árabes não podem ignorar a enorme simpatia de que desfrutam os islamistas nos seus países. O ódio e desprezo aos judeus vem de longe e tem raízes na pregação religiosa, no próprio Corão, nos preconceitos sociais (os judeus são seus inferiores, deveriam continuar submetidos aos árabes), Israel oprime os palestinos, ocupa uma terra que já foi muçulmana e por isso deve voltar a sê-lo até “o fim dos tempos”, Israel “ameaça” destruir a Mesquita de Al-Aqsa.

Com a repetição dos conflitos entre Israel e os palestinos, os governos moderados desenvolveram uma política que consiste em criticar e votar contra Israel na ONU e em outras oportunidades, notadamente na Liga Árabe e na Organização da Cooperação Islâmica, onde se encontram os islamistas e demais inimigos de Israel, como Irã, Síria, Paquistão, Afeganistão, Turquia, Catar, Iraque, Malásia e Indonésia, para citar os mais evidentes. Por outro lado, como relatado, conseguem impedir



decisões dos foros muçulmanos que contradigam seu interesse de prosseguir com a política de cooperação com Israel.

Levou décadas até que um grupo significativo de países árabes e muçulmanos optasse pela tolerância e a paz, ao se darem conta de que os islamistas eram uma ameaça constante de subversão de seus regimes e que dois países não árabes, Irã e a Turquia, com evidentes ambições de hegemonia na região, recorrem às causas palestina e islâmica para incitar à radicalização das populações árabes e assim enfraquecer os regimes que resistem às suas pretensões.

Sobretudo devido ao expansionismo militar iraniano, diretamente e através dos seus mandatários ou dependentes (Hamas, Hezbolá, Huthis, milícias iraquianas), à perspectiva de o Irã tornar-se um país dotado de arma nuclear e ao enfraquecimento, desde o governo Obama, da confiança nas garantias de apoio americano à sua segurança aproximou os moderados de Israel. As próprias políticas internas desses países, voltadas ao desenvolvimento econômico e à melhoria das condições sociais e à modernização dos costumes, a uma aproximação e boa convivência com o Ocidente e com parte de seus valores, os leva a afastar-se dos islamistas e a tratar de neutralizar sua ferrenha oposição).